

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31-12-2021





Índice

Demonstrações Financeiras - 2021

A.	Balanço	3
B.	Demonstração dos Resultados	4
C.	Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	5
D.	Demonstração de Fluxos de Caixa	6
E.	Anexo	7
1.	Identificação da entidade	7
1.1.	Denominação da entidade	7
1.2.	Lugar da Sede Social	7
1.3.	Natureza da atividade	7
1.4.	Abrangência	8
2.	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	8
2.1.	Indicação do referencial contabilístico	8
2.2.	Indicação e justificação das disposições das NCRF-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade	9
3.	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	9
3.1.	Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras	9
3.1.1.	Ativos fixos tangíveis	9
3.1.2.	Bens do património histórico, artístico e cultural	11
3.1.3.	Ativos intangíveis	12
3.1.4.	Locações financeiras	13
3.1.5.	Encargos financeiros com aquisição de ativos	13
3.1.6.	Imparidade de ativos	14
3.1.7.	Investimentos Financeiros	14
3.1.7.1.	Interesses em empreendimentos conjuntos e investimentos em associadas	14
3.1.7.2.	Investimentos em subsidiárias e consolidação	15
3.1.8.	Inventários	16
3.1.9.	Rédito	17
3.1.10.	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	18
3.1.11.	Comparticipações, subsídios e apoios do governo	19
3.1.12.	Efeitos de alteração em taxas de câmbio	19
3.1.13.	Instrumentos financeiros	20
3.1.14.	Acontecimentos após a data de balanço	21
4.	Alterações nas estimativas contabilísticas e erros	22
5.	Ativos fixos tangíveis	23
5.1.	Bens do património histórico, artístico e cultural	23
5.2.	Outros ativos fixos tangíveis	24
6.	Ativos intangíveis	28
7.	Investimentos Financeiros	29
8.	Outros créditos e ativos não correntes	30
9.	Inventários	31
10.	Créditos a receber	32
11.	Estado e outros entes públicos	32
12.	Fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados, membros	33
13.	Diferimentos	34
14.	Outros ativos correntes	34
15.	Caixa e depósitos bancários	36
16.	Resultados transitados	36
17.	Excedentes de revalorização	36
18.	Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais	37

Demonstrações Financeiras 31.12.2021

19.	Resultado líquido	38
19.1.	Rendimentos	38
19.2.	Gastos	44
20.	Provisões	45
21.	Financiamentos obtidos – Médio e longo prazo	46
22.	Fornecedores	46
23.	Estado e outros entes públicos	47
24.	Financiamentos obtidos – Curto prazo	48
25.	Diferimentos	48
26.	Outros passivos correntes	49
27.	Acontecimentos após a data de balanço	50
28.	Outros assuntos	50

A. Balanço

Balanço em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

		(€)	
Rubricas	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5.2	78 613 726,39	75 770 606,52
Bens do património histórico e cultural	5.1	3 155 599,64	3 155 599,64
Ativos intangíveis	6	4 294 443,34	4 250 643,97
Investimentos financeiros	7	19 068,90	15 676,30
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros créditos e ativos não correntes	8	1 307 487,97	1 120 018,91
Total do ativo não corrente		87 390 326,24	84 312 545,34
Ativo corrente			
Inventários	9	1 092 088,85	1 041 292,51
Créditos a receber	10	18 088 752,37	16 769 061,00
Estado e outros entes públicos	11	759 392,94	387 890,60
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12	125 554,16	124 927,42
Diferimentos	13	4 169 207,29	4 132 404,60
Outros ativos correntes	14	516 787,38	624 023,25
Caixa e depósitos bancários	15	39 181 838,41	28 565 423,54
Total do ativo corrente		63 933 621,40	51 645 022,92
Total do ativo		151 323 947,64	135 957 568,26
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	16	29 655 345,59	30 583 039,74
Excedentes de revalorização	17	19 989 958,28	19 989 958,28
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	18	18 653 123,43	20 361 242,65
Resultado líquido do período	19	18 931 823,32	(753 849,01)
Total dos fundos patrimoniais		87 230 250,62	70 180 391,66
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	20	137 530,96	135 664,74
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	21	20 638 358,74	21 978 017,08
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
Total do passivo não corrente		20 775 889,70	22 113 681,82
Passivo corrente			
Fornecedores	22	5 267 009,94	8 849 558,28
Estado e outros entes públicos	23	1 615 378,81	1 371 856,06
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	24	16 377 864,59	15 683 186,75
Diferimentos	25	5 941 721,27	6 104 300,10
Outros passivos correntes	26	14 115 832,71	11 654 593,59
Total do passivo corrente		43 317 807,32	43 663 494,78
Total do passivo		64 093 697,02	65 777 176,60
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		151 323 947,64	135 957 568,26

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

B. Demonstração dos Resultados

Demonstração dos resultados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

		(€)	
Rendimentos e gastos	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Vendas e serviços prestados	19.1	82 168 975,07	58 508 171,99
Subsídios, doações e legados à exploração	19.1	33 850 831,88	21 223 975,51
Ganhos / Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	19.1/ 19.2	3 909,03	(3 998 942,14)
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19.2	(10 372 522,95)	(5 407 549,33)
Fornecimentos e serviços externos	19.2	(37 908 979,07)	(29 253 573,22)
Gastos com pessoal	19.2	(43 353 041,91)	(40 466 742,64)
Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)	19.1	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	19.1/ 19.2	(87 629,40)	(92 261,06)
Provisões (Aumentos/reduções)	19.1/ 19.2	(1 266,22)	(5 300,75)
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	19.1/ 19.2	0,00	0,00
Aumentos / reduções de justo valor	19.1/ 19.2	54 442,67	63 218,71
Outros rendimentos	19.1	7 432 002,88	7 711 627,37
Outros gastos	19.2	(6 716 042,84)	(3 867 441,82)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		25 070 679,14	4 415 182,62
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	19.2	(5 026 981,49)	(4 463 830,24)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		20 043 697,65	(48 647,62)
Juros e rendimentos similares obtidos	19.1	0,06	35,70
Juros e gastos similares suportados	19.2	(1 111 874,39)	(705 237,09)
Resultado antes de impostos		18 931 823,32	(753 849,01)
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período	19	18 931 823,32	(753 849,01)

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

C. Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Rubricas	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuído aos instituidores da empresa-mãe					Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
1	16 - 19	30 583 039,74	19 989 958,28	20 361 242,65	(753 849,01)	70 180 391,66	0,00	70 180 391,66
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico						0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas						0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						0,00	0,00	0,00
Realização de excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis						0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e variações						0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos						0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		(927 694,15)	0,00	(1 708 119,22)	753 849,01	(1 881 964,36)		(1 881 964,36)
	16 - 19	(927 694,15)	0,00	(1 708 119,22)	753 849,01	(1 881 964,36)	0,00	(1 881 964,36)
2								
3	19				18 931 823,32	18 931 823,32	0,00	18 931 823,32
4 = 2 + 3					19 685 672,33	17 049 858,96	0,00	17 049 858,96
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								
RESULTADO INTEGRAL								
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos						0,00	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados						0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5								
6 = 1 + 2 + 3 + 5	16 - 19	29 655 345,59	19 989 958,28	18 653 123,43	18 931 823,32	87 230 250,62	0,00	87 230 250,62
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2021								
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da CVP - Cruz Vermelha Portuguesa								

D. Demonstração de Fluxos de Caixa

Demonstração de fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Rubricas	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e utentes		72 840 395,88	46 899 293,09
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		(1 480,12)	(74 821,46)
Pagamentos de bolsas		(515 383,07)	(7 907,32)
Pagamentos a Fornecedores		(47 152 626,74)	(23 815 677,64)
Pagamentos ao Pessoal		(30 999 238,77)	(24 682 130,49)
Caixa geradas pelas operações		(5 828 332,82)	(1 681 243,82)
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		19 023 436,72	7 413 090,77
Outros Recebimentos/Pagamentos			
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		13 195 103,90	5 731 846,95
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(4 514 285,28)	(1 451 075,66)
Ativos Intangíveis		(568 349,62)	(14 400,00)
Investimentos financeiros		(17 692,61)	(15 384,52)
Outros Ativos		(10 467,57)	(5 353,28)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		19 217,02	21 550,00
Ativos Intangíveis		19 000,00	0,00
Investimentos financeiros		1 888,21	1,62
Outros Ativos		228 338,43	4 359,00
Subsídios ao investimento		2 282 937,67	1 244 334,08
Juros e rendimentos similares		63 264,85	211 031,47
Dividendos		516,43	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(2 495 632,47)	(4 937,29)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		3 592 493,28	1 192 304,45
Realizações de fundos		28 770,72	31 097,37
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		544 582,15	349 719,96
Outras operações de financiamento		1 075 120,98	1 427 826,94
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(4 236 338,64)	(1 308 329,68)
Juros e gastos similares		(1 087 685,05)	(705 237,09)
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(83 056,56)	987 381,95
- Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		10 616 414,87	6 714 291,61
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	15	28 565 423,54	21 851 131,93
Caixa e seus equivalentes no fim do período	15	39 181 838,41	28 565 423,54

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

47
RJ

E. Anexo

O Anexo, visa interpretar e enquadrar a informação financeira apresentada nas restantes Demonstrações Financeiras (DF), divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas a nível global e outras divulgações exigidas pela **Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL)**.

1. Identificação da entidade

1.1 Denominação da entidade

A Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) é uma pessoa coletiva (N.I.F.: PT 500745749), de direito privado e de utilidade pública administrativa, sem fins lucrativos, com plena capacidade jurídica para a prossecução dos seus fins.

1.2 Lugar da Sede Social

A sede nacional da CVP situa-se no Jardim 9 de Abril em Lisboa.

1.3 Natureza da atividade

A CVP é uma instituição humanitária não governamental, de carácter voluntário e de interesse público, que desenvolve a sua atividade devidamente apoiada pelo Estado, no respeito pelo Direito Internacional Humanitário, pelos Estatutos do Movimento Internacional e pela Constituição da Federação da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

A CVP exerce a sua atividade em todo o território nacional como a única sociedade nacional da Cruz Vermelha e, fora do território nacional, no quadro de ação do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e em qualquer local onde a sua participação seja relevante.

A CVP assenta a organização territorial em serviços centrais e autónomos, delegações locais, centros humanitários e extensões de delegações locais.

1.4 Abrangência

As Demonstrações Financeiras da CVP incluem as Delegações Locais e as respetivas extensões, os Centros Humanitários, Organismos Autónomos (Lar Militar, Escola Superior de Saúde, Escola Superior de Saúde Norte, Escola Superior de Enfermagem Alto Tâmega, Escola Profissional Almirante Domingos Tasso Figueiredo e Escola de Socorrismo, Complexo de Neuro-Intervenção e a Clínica de Vila Viçosa) e a Sede Nacional.

O nível de abrangência alcançado em 2021 foi de 129 Delegações Locais, 17 Centros Humanitários, 8 Organismos Autónomos e a Sede Nacional, o que corresponde à plenitude do universo Cruz Vermelha Portuguesa.

Assim, podemos dizer que as Demonstrações Financeiras do ano 2021, proporcionam informação integral, compreensível, relevante, fiável e comparável sobre a situação financeira da CVP à data de 31 de Dezembro de 2021 e sobre o resultado das operações económicas realizadas durante o exercício findo nessa data.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Identificação do referencial contabilístico

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 158/ 2009, de 13 de julho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/ 2015, de 2 de junho. O Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI) – Aviso n. 8258/ 2015, de 29 de julho.

Assim, a informação constante nas demonstrações financeiras foi preparada de acordo com o regime contabilístico do acréscimo (ou da periodização económica) e no pressuposto de continuidade e contem as seguintes características qualitativas: compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sob a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

2.2 Indicação e justificação das disposições das NCRF-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

Considerando o elevado número de unidades da CVP (129 Delegações Locais, 17 Centros Humanitários, 8 Organismos Autónomos e a Sede Nacional), sua dispersão geográfica e gestão descentralizada, a harmonização de políticas contabilísticas e práticas de gestão, tem exigido um grande esforço da Sede Nacional, ao longo dos últimos anos, no sentido de garantir a desejada harmonização.

Quaisquer derrogações que possam ocorrer, pelo referenciado, são imateriais e não põem em causa a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados da CVP.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

3.1.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado (*deemed cost*) de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade

acumuladas. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta (anteriormente apelidado de quotas constantes) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções:	50 Anos
Equipamento básico:	5 a 15 Anos
Equipamento de transporte:	3 a 6 Anos
Equipamento administrativo:	3 a 10 Anos
Outros ativos fixos tangíveis:	3 a 4 Anos

Os gastos de conservação e reparação e as benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, efetuados após a data da sua aquisição ou construção, que aumentem o valor real ou a duração provável da vida dos ativos fixos tangíveis, são capitalizados.

Como orientação geral considera-se que as grandes reparações e beneficiações proporcionam o aumento da vida útil estimada de um ativo fixo tangível em 3 anos.

No caso das viaturas pertencentes ao equipamento básico são assumidos anualmente gastos de conservação e reparação muito significativos, os quais, embora não aumentem diretamente o valor dos bens ou a sua vida útil, na maioria das vezes proporcionam um benefício económico futuro, com reflexo no exercício seguinte.

Assim como orientação geral, sempre que o valor anual dos gastos com conservação e reparação de uma viatura pertencente ao equipamento básico for igual ou superior a 25% do valor da depreciação anual, é reconhecido 50% do valor total de conservação e reparação como gasto do exercício e os outros 50% como gastos a reconhecer no exercício seguinte.

Genericamente, as obras de adaptação, de beneficiação ou os melhoramentos efetuados em propriedade alheia relacionadas com estruturas não amovíveis, não são reconhecidos como ativos fixos tangíveis, mas como gastos a reconhecer, sendo imputados numa base anual aos exercícios económicos durante os anos do contrato de arrendamento ou usufruto.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzidos de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração de resultados nas rubricas de outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

3.1.2 Bens do património histórico, artístico e cultural

Os bens do património histórico, artístico e cultural são bens de domínio privado que cumprem as condições exigidas por lei para serem classificados como tal.

Os bens do património histórico, artístico e cultural que foram atribuídos à Entidade a título gratuito ou que sendo adquiridos a título oneroso, foram reconhecidos pela primeira vez nesta classe de bens sem conhecer o seu custo histórico, devido à perda desses dados ou ao valor de compra à data ser irrelevante em virtude do tempo transcorrido desde a sua aquisição, encontram-se valorizados pelo valor patrimonial tributário (VPT).

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta de variações nos fundos patrimoniais.

A atualização para o VPT tem como contrapartida a rubrica de excedentes de revalorização.

As obras realizadas nestes bens são consideradas como obras de conservação e restauro e reconhecidas, desde que materialmente relevantes, como gastos a reconhecer, pelo que o aumento de valor destes bens apenas decorrerá de uma avaliação.

Estes bens não depreciam, pelo que apenas haverá redução de valor quando se encontrarem em imparidade.

3.1.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Excetuam-se os casos em que o reconhecimento inicial dos ativos intangíveis ocorreu até 2012 e para os quais a respetiva escritura era omissa no que respeita ao valor. Nesta situações os ativos intangíveis foram reconhecidos pelo Valor Patrimonial Tributário (VPT) atual.

Os ativos intangíveis são apenas reconhecidos quando for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento só deverão ser reconhecidas quando seja possível demonstrar capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros.

As despesas de desenvolvimento que não cumpram os requisitos deverão ser registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações são calculadas a partir do momento em que os ativos se encontram disponíveis para utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado.

Para os ativos intangíveis com vida útil indefinida iniciámos a amortização no exercício de 2016 (pelo período de 10 anos) de acordo com o parágrafo 8.17 da NRCF-ESNL.



3.1.4 Locações financeiras

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos Resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos Resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.1.5 Encargos financeiros com aquisição de ativos

Os juros de empréstimos obtidos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. A Instituição considera que um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso.

A capitalização de gastos com empréstimos deve iniciar-se quando tem início o investimento.

A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso se encontram substancialmente concluídas.

Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os gastos com matérias consumidas e gastos com pessoal devem ser igualmente incorporadas no custo dos ativos.

3.1.6 Imparidade de ativos

Os ativos encontram-se em imparidade quando existem evidências objetivas de que, em consequência de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica Perdas por imparidade, no período em que são determinadas.

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica Perdas por imparidade.

As perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores são revertidas sempre que exista evidência de que as mesmas já não existem ou diminuíram, sendo a reversão reconhecida na Demonstração dos Resultados, na rubrica Reversões de perdas por imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.1.7 Investimentos Financeiros

3.1.7.1 Interesses em empreendimentos conjuntos e investimentos em associadas

Os investimentos em entidades conjuntamente controladas e associadas (participações superiores a 20%) são registados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), sendo

as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção do Capital próprio dessas entidades, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial.

O excesso entre o custo de aquisição e o valor proporcional à participação da CVP no Capital próprio dessas entidades à data da sua aquisição é reconhecido como *goodwill*. O *goodwill* é registado como ativo e iniciámos a amortização no exercício de 2016 pelo período de 10 anos.

Anualmente, quando existem indícios de eventual perda de valor, os valores de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como gasto na Demonstração dos resultados do período e não pode ser suscetível de reversão posterior.

Caso a entidade conjuntamente controlada ou associada, venha a apresentar Capital próprio negativo ou nulo, o investimento é registado por valor nulo.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, os investimentos são ajustados anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos dessas entidades por contrapartida de ganhos ou perdas do período. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas entidades são registados como uma diminuição do valor dos investimentos, no período em que são atribuídos.

3.1.7.2 Investimentos em subsidiárias e consolidação

a) Subsidiárias

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método da compra.

O custo de uma aquisição é valorizado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos assumidos na data de aquisição mais o custo diretamente atribuíveis à aquisição.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são valorizados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses minoritários.

O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do grupo dos ativos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração dos resultados.

As transações internas, os saldos e os ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados.

As políticas contabilísticas das subsidiárias, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

3.1.8 Inventários

Os inventários ou existências são ativos detidos para venda no decurso ordinário da atividade ou para serem aplicados no processo de produção ou na prestação de serviços. Fazem parte desta classe de ativos, os donativos em espécie atribuídos à instituição para consumo próprio ou distribuição a terceiros.

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor entre o custo médio de aquisição e o respetivo valor de mercado (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos com a sua alienação).
- Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado.



A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out).

3.1.9 Rédito

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

3.1.10 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada Balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

O montante reconhecido de provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. A estimativa é determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões para gastos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são valorizadas e registadas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir, uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

for

3.1.11 Comparticipações, subsídios e apoios do governo

As comparticipações do Estado são reconhecidas como prestações de serviços na medida em que se tratam de apoios a pessoas sem capacidade para adquirir integralmente um serviço prestado pela CVP.

Estas verbas transferidas pelo Estado são determinadas unitariamente em função da uma execução/realização física cujo valor unitário atribuído se encontra fixado através de um diploma legal ou contrato/acordo escrito.

Os subsídios governamentais, do ponto de vista financeiro, não pressupõem uma prestação de serviço, apenas visam compensar despesas ou encargos correntes de forma indiferenciada.

Os subsídios governamentais são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

As comparticipações e os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos Resultados. No caso dos subsídios à exploração na parte proporcional dos gastos suportados.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis são registados no fundo patrimonial e reconhecidos na Demonstração dos Resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

3.1.12 Efeitos de alteração em taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transação.

À data de fecho é efetuada a atualização cambial de saldos (itens monetários) em aberto, aplicando a taxa de câmbio em vigor a essa data. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do Balanço,

são registadas como rendimentos e/ou gastos na Demonstração dos Resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para euros, de demonstrações financeiras de entidades participadas denominadas em moeda estrangeira, são incluídas no fundo patrimonial, na rubrica Outras reservas.

3.1.13 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica Caixa e equivalente de caixa, correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

b) Dividas a receber

As dívidas de clientes, membros/associados e de outros terceiros são escrituradas pelo seu valor nominal, deduzido das perdas por imparidade calculadas de acordo com seguintes critérios:

Crédito em mora	Mora no pagamento	Perda Imparidade Limite	Quantia Recuperável Limite
Pessoas coletivas privadas	mais de 9 até 15 meses	25%	75%
	mais de 15 até 21 meses	50%	50%
	mais de 21 até 27 meses	75%	25%
	mais de 27 meses	100%	0%

Nesta situação considera-se que só começa a existir risco de cobrança de um crédito a partir do 9º mês sobre a data de vencimento do documento de suporte.

Crédito em mora	Mora no pagamento	Perda Imparidade Limite	Quantia Recuperável Limite
Administração Pública	sem mora	0%	0%

Neste caso considera-se que não existe qualquer risco de cobrança ou dúvida quanto ao recebimento de créditos sobre a administração pública.

Crédito em mora sobre	Mora no pagamento	Perda imparidade Limite	Quantia Recuperável Limite
Membros	mais de 9 até 15 meses	25%	75%
	mais de 15 até 21 meses	50%	50%
	mais de 21 até 27 meses	75%	25%
	mais de 27 meses	100%	0%

Para os membros (beneficiários e contribuintes) considera-se que só haverá risco de cobrança a partir do 9º mês a contar da data estabelecida para pagamento das quotas (mensal, trimestral, semestral, anual).

	Mora no pagamento	Perda Imparidade Limite	Quantia Recuperável Limite
Outras pessoas singulares	mais de 12 até 18 meses	50%	50%
	mais de 18	100%	0%

Para as restantes pessoas singulares considera-se que só haverá risco de cobrabilidade a partir do 12º mês a contar da data de vencimento do crédito.

c) Dividas a pagar

As dívidas a fornecedores e a outros terceiros são escrituradas pelo seu valor nominal.

3.1.14 Acontecimentos após a data de balanço

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data de balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço, que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data de balanço, se materiais, são divulgados nas notas.

4. Alterações nas estimativas contabilísticas e erros

No exercício de 2021 não ocorreram alterações de estimativas contabilísticas.

Os erros foram corrigidos e reconhecidos atendendo à sua materialidade.

A correção de um erro respeitante a um período anterior foi excluída dos resultados do período sendo efetuada diretamente nos fundos patrimoniais em Resultados Transitados.

Tratando-se de um erro materialmente relevante respeitante ao exercício anterior reexpressa-se o comparativo nas demonstrações financeiras individuais do exercício.

Para efeitos de determinação da materialidade do erro, considera-se como materialmente relevante um erro cujo valor seja superior ou igual a 5% do Resultado líquido do período em que o erro foi detetado, ou seja 2021, excluindo as rubricas correspondentes a correções relativas a períodos anteriores (7881 e 6881).

22

5. Ativos fixos tangíveis

5.1 Bens do património histórico, artístico e cultural

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os bens do património, histórico, artístico e cultural valiam:

Ativo Não Corrente - Bens do património histórico e cultural
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

Rubricas	31/12/2020	Aquisições/ Aumentos	Alienações/ Abates	Transferências	Regularizações	31/12/2021	Varição
Ativo bruto							
Bens imóveis	3 155 599,64	0,00	0,00	0,00	0,00	3 155 599,64	0,00 0,00%
Total	3 155 599,64	0,00	0,00	0,00	0,00	3 155 599,64	0,00 0,00%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

À data de 31 de dezembro de 2021, os Bens do património histórico, artístico e cultural representam 3.155.599,64 euros, dos quais 2.496.150,00 euros respeitam à Sede Social da CVP – Palácio dos Condes D'Óbidos em Lisboa e 659.449,64 euros ao Teatro Lethes em Faro.

5.2 Outros ativos fixos tangíveis

No período findo em 31 de dezembro de 2021, a alteração ocorrida no valor dos outros ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foi a seguinte:

Rubricas	31/12/2020	Aquisições/ Aumentos	Alienações/ Abates	Transferências	Regularizações/ Outros	31/12/2021	Varição
Ativo Bruto							
Terrenos e Recursos Naturais	14 333 348,66	242 934,17	0,00	0,00	0,00	14 576 282,83	242 934,17 1,69%
Edifícios e Outras Construções	79 421 942,87	1 228 575,91	(44 935,25)	0,00	0,00	80 603 583,53	1 181 640,66 1,49%
Equipamento Básico	38 351 332,92	3 293 801,28	(238 705,34)	72 355,00	(183 518,54)	41 295 265,32	2 943 932,40 7,68%
Equipamento de Transporte	5 659 992,96	408 161,70	(278 567,50)	0,00	4 756,79	5 794 343,85	134 350,99 2,37%
Equipamento Administrativo	6 578 133,53	595 886,33	(52 666,81)	23 616,00	(28 135,06)	7 116 833,99	538 700,46 8,19%
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2 191 805,18	205 217,39	(3 766,80)	0,00	(1 639,67)	2 391 616,10	199 810,92 9,12%
Investimentos em Curso	2 904 222,72	1 803 618,46	0,00	(95 971,00)	0,00	4 611 870,18	1 707 647,46 58,80%
Adiantamentos por conta de Investimentos	50 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50 000,00	0,00 0,00%
TOTAL	149 490 778,74	7 776 195,24	(618 641,70)	0,00	(208 536,48)	156 439 795,80	6 949 017,06 4,65%
Depreciações e Perdas Por Imparidade Acumuladas							
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00%
Edifícios e Outras Construções	31 203 419,28	1 759 402,59	(42 354,56)	0,00	0,00	32 920 467,31	1 717 048,03 5,50%
Equipamento Básico	29 621 829,14	2 293 233,20	(234 258,10)	0,00	0,00	31 680 804,24	2 056 975,10 6,95%
Equipamento de Transporte	4 981 809,23	189 012,27	(216 383,92)	0,00	(31 209,62)	4 923 227,96	(58 581,27) -1,18%
Equipamento Administrativo	6 107 517,96	325 895,24	(51 349,22)	0,00	(4 923,36)	6 377 140,62	269 622,66 4,41%
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1 805 596,61	117 603,03	(1 684,87)	0,00	2 914,51	1 924 429,28	118 832,67 6,58%
Adiantamentos por conta de Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00%
TOTAL	73 720 172,22	4 685 146,33	(546 030,67)	0,00	(33 218,47)	77 826 089,41	4 105 897,19 5,57%
Valor Líquido							
Terrenos e Recursos Naturais	14 333 348,66					14 576 282,83	242 934,17 1,69%
Edifícios e Outras Construções	48 218 523,59					47 683 116,22	(535 407,37) -1,11%
Equipamento Básico	8 729 503,78					9 614 461,08	884 957,30 10,14%
Equipamento de Transporte	678 183,63					871 115,89	192 932,26 28,45%
Equipamento Administrativo	470 615,57					739 693,37	269 077,80 57,18%
Equipamento biológico	0,00					0,00	0,00 0,00%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	386 208,57					467 186,82	80 978,25 20,97%
Investimentos em Curso	2 904 222,72					4 611 870,18	1 707 647,46 58,80%
Adiantamentos por conta de Investimentos	50 000,00					50 000,00	0,00 0,00%
TOTAL	75 770 606,52					78 613 726,39	2 843 119,87 3,75%

(Sede Nacional, Delegações Locais, Centros Humanitários e Organismos Autónomos)

R
An

À data de 31 de Dezembro de 2021 o valor bruto dos outros ativos fixos tangíveis é de 156.439.795,80 euros. As depreciações e perdas por imparidades acumuladas ascendem a 77.826.069,41 euros, pelo que o valor líquido é 78.613.726,39 euros.

Das operações imobiliárias realizadas durante o exercício de 2021, importa destacar:

- a aquisição de dois prédios urbanos na ilha da Madeira, que originaram aumentos nas rubricas de terrenos e recursos naturais e edifícios e outras construções, nos montantes de 155.000,00 euros e de 465.000,00 euros, respetivamente;
- a ampliação da UCC-Unidade de Cuidados Continuados em Elvas, que gerou aumento na rubricas de edifícios e outras construções, no montante de 341.908,43 euros;

O aumento registado em equipamento básico é maioritariamente referente a aquisições de viaturas para o transporte de doentes na área de emergência.

As aquisições de equipamento administrativo são na sua maioria relativas a equipamento informático.

O aumento registado em investimento em curso é maioritariamente referente à construção da UCC-Unidade de Cuidados Continuados Integrados na Maia.

No que respeita às depreciações adota-se, o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens de acordo a política contabilística referida no ponto 3.2.1. deste anexo.

De mencionar ainda a existência de edifícios reconhecidos como ativos fixos tangíveis relacionados com os direitos de superfície ou usufruto associados, ou seja, a CVP construiu edifícios em lotes de terreno sobre os quais detém direitos de superfície e procedeu à remodelação de edifícios sobre os quais detém direitos de usufruto ou superfície. Tratam-se de ativos com restrições permanentes, ou seja, existem limitações quanto ao destino ou ao investimento obrigatório a efetuar nesses ativos.

Os montantes reconhecidos a 31 de Dezembro de 2021 em ativo bruto na rubrica Edifícios e outras construções e respetivas depreciações do período e acumuladas relacionados com os direitos de superfície ou usufruto associados ascendiam a:

Edifícios com direitos de superfície ou usufruto associados

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)							
Direito	CH / DL / OA	Fim a que destina	Montante bruto	Depreciação Anual	Depreciações Acumuladas	Montante Líquido	Investimentos em curso
Gratuito	Águeda	Sede da Delegação	715 638,06	14 477,87	257 328,04	458 310,02	
Gratuito	ESSN	Escola	1 626 618,80	42 374,83	426 784,50	1 199 834,30	
Gratuito	Vale de Cambra	Sede da Delegação	505 497,68	22 295,28	306 307,20	199 190,48	
Gratuito	Olhão	Creche	449 937,23	10 141,41	233 383,98	216 553,25	
Gratuito	Elvas	Residência Sénior	4 145 784,80	82 915,70	950 075,75	3 195 709,05	
Gratuito	Maia	Sede da Delegação	226 521,02	4 527,46	199 700,28	26 820,74	
Gratuito	Póvoa de Varzim	Creche e Jardim de Infância	1 412 469,31	28 249,38	342 031,80	1 070 437,51	
Gratuito	Viseu	Sede da Delegação	713 699,62	14 273,99	243 905,47	469 794,15	
Gratuito	Foz do Tejo						116 244,18
Gratuito	Moncarapacho-Fuzeta	Creche					16 560,00
Gratuito	Matosinhos		308 079,95	6 161,60	209 505,12	98 574,83	
Oneroso	Costa do Estoril	Residência Sénior	2 718 685,61	54 353,81	635 739,79	2 082 945,82	

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

ESSN - Escola Superior de Saúde do Norte

O valor bruto reconhecido em ativos fixos tangíveis respeita a obras no edifício para a instalação da Escola Superior de Saúde, estão a ser depreciadas em 50 anos, no entanto o direito de superfície detido pela CVP tem a duração de 35 anos com a possibilidade de prorrogar por períodos de 15 anos.

Centro Humanitário de Elvas

Para a construção da residencial sénior e UCC em Elvas a CVP beneficiou de um apoio da ARS Alentejo, através do programa modelar, no total de 639.547euros, dos quais 509.438 euros para a obra e 118.084 euros para equipamento e ainda 12.026 euros para o projeto inicial. Estes valores estão a ser reconhecidos como rédito de acordo com a depreciação dos respetivos AFT (rubrica: Imputação de subsídios para investimentos).

Centro Humanitário Alto Minho - Viana do Castelo

O Centro Humanitário de Alto Minho contratualizou em 2003 com a Câmara Municipal de Viana do Castelo e com o Instituto Português do Norte uma subconcessão de uso privativo de uma parcela de domínio público hídrico de um terreno pelo período de 30 anos, no

qual a Delegação construiu um pavilhão. O montante bruto e respetivas depreciações do período e acumuladas ascendem a:

Edifícios com os direitos de subconcessão associados

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da CVP - Cruz Vermelha Portuguesa

(€)						
Subconcessão	DL	Fim a que destina	Montante bruto	Depreciação Anual	Depreciações Acumuladas	Montante Líquido
Oneroso	Viana do Castelo	Pavilhão	113 379,92	2 267,60	38 549,20	74 830,72

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

À data de balanço existem edifícios que servem de garantia a operações de financiamento bancário de médio e longo prazo associadas a investimentos:

Edifícios associados a operações de financiamento MLP

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)						
Imóveis	Reserva/ Limitação	Início	Instituição Financeira	Operação Financeira Associada	Nº Anos	Montante Contratado
Costa do Estoril	Hipoteca	Jul.2009	Santander	EmpréstimoMLP	15	1 800 000,00
Elvas	Hipoteca	Jul.2009	Santander	EmpréstimoMLP	25	2 790 924,67
Tavira	Hipoteca	Dez.2014	CGD	EmpréstimoMLP	13	400 000,00
Valença	Hipoteca	Jun. 2011	CGD	EmpréstimoMLP	15	1 200 000,00
Estuário do Tejo	Hipoteca	Maio.2016	CGD	EmpréstimoMLP	12	300 000,00
	Hipoteca	Fev.2014	CGD	EmpréstimoMLP	13	350 000,00
	Hipoteca	Set. 2021	CGD	EmpréstimoMLP	15	6 750 000,00

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

6. Ativos intangíveis

No período findo em 31 de dezembro de 2021, a alteração ocorrida nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi a seguinte:

Ativo Não Corrente - Ativos Intangíveis

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da CVP Cruz Vermelha Portuguesa

Rubricas	31/12/2020	Aquisições/ Aumentos	Alienações/ Abates	Transferências	Regularizações/ Outros	31/12/2021	Varição
(€)							
Ativo bruto							
Goodwill	235 265,80	0,00	0,00	0,00	0,00	235 265,80	0,00
Projectos de desenvolvimento	187 216,78	6 642,00	0,00	0,00	0,00	193 858,78	6 642,00
Programas de computador	1 239 506,97	367 877,02	(3 730,75)	0,00	0,00	1 603 653,24	364 146,27
Propriedade industrial	71 154,37	0,00	0,00	0,00	0,00	71 154,37	0,00
Outros ativos intangíveis	5 270 884,19	829,50	0,00	0,00	0,00	5 271 713,69	829,50
Investimentos em Curso	14 866,30	35 621,23	0,00	0,00	0,00	50 487,53	35 621,23
Adiantamentos por conta de Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	7 018 894,41	410 869,75	(3 730,75)	0,00	0,00	7 426 133,41	407 239,00
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas							
Goodwill	117 632,77	23 526,70	0,00	0,00	(0,04)	141 159,43	23 526,66
Projectos de desenvolvimento	88 813,82	22 007,81	0,00	0,00	17 059,41	127 881,04	39 067,22
Programas de computador	1 030 678,60	218 439,63	(1 249,72)	0,00	(7 748,89)	1 240 119,62	209 441,02
Propriedade industrial	68 594,92	1 370,69	0,00	0,00	(1 027,37)	68 938,24	343,32
Outros ativos intangíveis	1 462 530,33	76 490,33	0,00	0,00	14 571,08	1 553 591,74	91 061,41
Adiantamentos por conta de Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2 768 250,44	341 835,16	(1 249,72)	0,00	22 854,19	3 131 690,07	363 439,63
Valor líquido							
Goodwill	117 633,03					94 106,37	(23 526,66)
Projectos de desenvolvimento	98 402,96					65 977,74	(32 425,22)
Programas de computador	208 828,37					363 533,62	154 705,25
Propriedade industrial	2 559,45					2 216,13	(343,32)
Outros ativos intangíveis	3 808 353,86					3 718 121,95	(90 231,91)
Investimentos em Curso	14 866,30					50 487,53	35 621,23
Adiantamentos por conta de Investimentos	0,00					0,00	0,00
Total	4 250 643,97					4 294 443,34	43 799,37
							1,03%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da CVP Cruz Vermelha Portuguesa)



À data de 31 de dezembro de 2021, os ativos intangíveis ascendem a 4.294.443,34 euros.

Dos itens que integram esta rubrica do ativo não corrente destacam-se:

- O *goodwill* no valor líquido de 94.106,37 euros;
- Outros ativos intangíveis no montante líquido de 3.718.121,95 euros, que respeitam maioritariamente a direitos de superfície e subconcessão;

À data de 31 de Dezembro de 2021, estão reconhecidas amortizações e perdas por imparidade acumuladas no montante de 3.131.690,07 euros.

7. Investimentos Financeiros

As empresas do Grupo, suas sedes sociais, atividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são as seguintes:

Denominação social	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	% capital detido			
				31/12/2021		31/12/2020	
				Directa	Efectiva	Directa	Efectiva
Empresa-mãe: CVP - Cruz Vermelha Portuguesa	Lisboa	Prestação de assistência humanitária e social					
Subsidiárias: Clínica Social Rainha Santa, ACE Parfisi - Gabinete de Reabilitação Física, Lda	Estremoz Cascais	Clinica social e cuidados continuados Reabilitação física e fisioterapia Saúde no Trabalho	CVP CVP	100% 100%	100% 100%	100% 100%	100% 100%

A rubrica investimentos em subsidiárias inclui as participação nos capitais da Clínica Social Rainha Santa, A.C.E – Estremoz (detida a 100%) e PARFISI, Lda (detida a 100%).

À data de 31 de Dezembro de 2021, os investimentos financeiros ascendem a 19.068,90 euros, conforme quadro que se segue:

Ativo Não Corrente - Investimentos Financeiros

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
Ativo Não Corrente - Investimentos Financeiros				
(MEP - Método de equivalência patrimonial)				
Clínica Rainha Santa Isabel, A.C.E.	0,00	0,00	0,00	0,00%
Parfisi - Gabinete de Reabilitação Física, Lda	19 068,90	15 676,30	3 392,60	21,64%
Total - MEP	19 068,90	15 676,30	3 392,60	21,64%
Empréstimos concedidos	0,00			
Total	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total - Investimentos Financeiros	19 068,90	15 676,30	3 392,60	21,64%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

À data de 31 de Dezembro de 2021, as participações financeiras relativas a subsidiárias ascendem a 19.068,90 euros. Para a determinação do seu valor, utiliza-se o método da equivalência patrimonial segundo o qual as participações financeiras são inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção do capital próprio dessas entidades, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial.

O valor da participação na Clínica Social Rainha Santa, A.C.E. é nulo em virtude do seu capital próprio ser negativo.

8. Outros créditos e ativos não correntes

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o detalhe da rubrica "Outros créditos e ativos não correntes" consta do quadro que se segue:

Ativo Não Corrente - Outros créditos e ativos não correntes

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa
(€)

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
Ativo bruto				
Condença Bitta Botta	2 493,99	2 493,99	0,00	0,00%
Sagies	6 237,50	6 237,50	0,00	0,00%
Centro Clinico de Cascais	3 890,62	3 890,62	0,00	0,00%
Sociedade Meridiano SA	9 000,00	9 000,00	0,00	0,00%
Titulos participação CCAM	4 000,00	4 000,00	0,00	0,00%
Depósito Merrill Lynch	233 173,95	195 124,86	38 049,09	19,50%
Papeis de credito H. Bellard	8 998,20	8 998,20	0,00	0,00%
Papeis de Credito diversos	3 745,63	3 745,63	0,00	0,00%
Metais Preciosos	537 757,31	517 399,94	20 357,37	3,93%
Acções BCP	2 633,52	2 633,52	0,00	0,00%
Fundo Compensação do Trabalho	486 282,82	362 533,81	123 749,01	34,13%
Outros	13 165,05	7 851,46	5 313,59	67,68%
Total	1 311 378,59	1 123 909,53	187 469,06	16,68%
Perdas por imparidade acumuladas				
Outros Ativos Financeiros	(3 890,62)	(3 890,62)	0,00	0,00%
Total	(3 890,62)	(3 890,62)	0,00	0,00%
Valor liquido				
Outros Ativos Financeiros	1 307 487,97	1 120 018,91	187 469,06	16,74%
Total	1 307 487,97	1 120 018,91	187 469,06	16,74%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

À data de 31 de Dezembro de 2021, os outros créditos e ativos não correntes (outros ativos financeiros) ascendem a 1.307.487,97 euros.

9. Inventários

A rubrica de Inventários à data de 31 de dezembro de 2021 e de 2020 apresenta o seguinte detalhe:

Ativo Corrente - Inventários

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
Mercadorias	387 307,66	384 694,40	2 613,26	0,68%
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	628 254,38	587 157,68	41 096,70	7,00%
Produtos acabados e intermédios	76 526,81	69 440,43	7 086,38	10,20%
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total	1 092 088,85	1 041 292,51	50 796,34	4,88%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

À data de 31 de Dezembro de 2021, os inventários reconhecidos ascendem a 1.092.088,85 euros, dos quais 588.532,37 euros correspondem a donativos em espécie a aplicar nas atividades que a CVP desenvolve e a distribuir a carenciados.

Não existem quaisquer perdas por imparidade acumuladas reconhecidas.

10. Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Ativo Corrente - Créditos a receber

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
Cientes e utentes				
Cientes e utentes c/c	9 077 564,09	7 494 317,00	1 583 247,09	21,13%
Cientes e utentes - titulos a receber	13 331,50	79,72	13 251,78	16622,91%
Cientes e utentes - Cessão de créditos/ Factoring	612 372,94	446 936,99	165 435,95	37,02%
Cientes e utentes - Em Mora	1 343 162,60	1 243 753,36	99 409,24	7,99%
Perdas Por Imparidade Acumuladas	(1 015 913,40)	(936 501,78)	(79 411,62)	8,48%
Total - Cientes e utentes	10 030 517,73	8 248 585,29	1 781 932,44	21,60%
Outras Contas a Receber				
Adiantamentos e outras operações com o pessoal	46 598,25	47 763,14	(1 164,89)	-2,44%
Devedores por acréscimos de rendimentos	7 960 260,46	8 419 845,54	(459 585,08)	-5,46%
Outros devedores	177 283,73	178 774,83	(1 491,10)	-0,83%
Perdas Por imparidades acumuladas - Outros devedores	(125 907,80)	(125 907,80)	0,00	0,00%
Total - Outras contas a receber	8 058 234,64	8 520 475,71	(462 241,07)	-5,43%
Total - Créditos a receber	18 088 752,37	16 769 061,00	1 319 691,37	7,87%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

As dívidas de clientes líquidas de perdas por imparidade, à data de encerramento do ano 2021, ascendem a 10.030.517,73 euros.

As perdas por imparidade acumuladas representam a quantia pela qual a dívida escriturada excede a quantia recuperável estimada.

A base de cálculo da estimativa utilizada é a mora do crédito atendendo aos critérios mencionados no ponto 3.1.13 Instrumentos Financeiros.

O valor referente a devedores por acréscimos de rendimentos deriva de importâncias que embora só sejam recebidas em exercícios futuros respeitam ao exercício de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, existem outras contas a receber no montante de 8.058.234,64 euros.

11. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a rubrica Estado e outros entes públicos, decompõe-se conforme quadro seguinte:

Ativo Corrente - Estado e Outros Entes Públicos

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
Imposto sobre o Rendimento	356,54	308,96	47,58	15,40%
Retenção de Impostos sobre o Rendimento	11 396,64	12 595,45	(1 198,81)	-9,52%
Imposto sobre o valor acrescentado	747 639,76	374 986,19	372 653,57	99,38%
Total	759 392,94	387 890,60	371 502,34	95,78%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

À data de 31 de Dezembro de 2021 a CVP tem a receber do Estado 759.392,94 euros.

As dívidas do Estado à CVP derivam sobretudo de pedidos reembolsos de Imposto Sobre Valor Acrescentado (IVA), por via do direito à restituição de imposto suportado com a aquisição de bens e serviços relacionados com a construção, manutenção e conservação de imóveis utilizados, total ou principalmente, na prossecução dos fins estatutários (DL n.º 20/90, de 13 de janeiro) e 50% do imposto suportado referente às aquisições de bens ou serviços de alimentação e bebidas no âmbito das atividades sociais desenvolvidas.

12. Fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados, membros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

Ativo - Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
Doadores - em curso	34 975,25	33 497,70	1 477,55	4,41%
Quotas	361 941,45	348 347,49	13 593,96	3,90%
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total	396 916,70	381 845,19	15 071,51	3,95%
Perdas por imparidade				
Quotas	(271 362,54)	(256 917,77)	(14 444,77)	5,62%
Total	(271 362,54)	(256 917,77)	(14 444,77)	5,62%
Valor Líquido				
Doadores - em curso	34 975,25	33 497,70	1 477,55	4,41%
Quotas	90 578,91	91 429,72	(850,81)	-0,93%
Total	125 554,16	124 927,42	626,74	0,50%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

À data de 31 de dezembro de 2021, o valor líquido reconhecido referente a quotas de membros a receber é de 90.578,91 euros.

À data de balanço existem donativos em dinheiro por receber (recibo emitido em 2021 cuja entrada só ocorreu em 2022) no valor 34.975,25 euros.

13. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Ativo Corrente - Diferimentos

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
Gastos a Reconhecer	4 169 207,29	4 132 404,60	36 802,69	0,89%
Total	4 169 207,29	4 132 404,60	36 802,69	0,89%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

Em 31 de dezembro de 2021, os gastos a reconhecer ascendem a 4.169.207,29 euros.

Esta rubrica compreende os gastos que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes, por respeitarem a esses exercícios, mas cuja documentação de suporte é emitida no ano em causa (conservação e reparação de viatura, rendas, juros, seguros, etc.).

Assim, como orientação geral, sempre que o valor anual dos gastos com conservação e reparação de uma viatura pertencente ao equipamento básico é igual ou superior a 25% do valor da depreciação anual, deve-se reconhecer 50% do valor total de conservação e reparação como gasto do exercício e os restantes 50% como gastos a reconhecer no exercício seguinte.

14. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o detalhe de "Outros ativos correntes" é o abaixo evidenciado:

Ativo Corrente - Outros ativos correntes

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020	Variação (€)	
Adiantamentos a Fornecedores				
Fornecedores Conta Corrente	231 380,24	311 438,16	(80 057,92)	-25,71%
Fornecedores de Investimento				
Imóveis	67 895,64	67 895,64	0,00	0,00%
Viaturas	10 000,00	4 695,00	5 305,00	112,99%
Outros	1 000,00	0,00	0,00	0,00%
Total	310 275,88	384 028,80	(73 752,92)	-19,21%
Instrumentos financeiros detidos para negociação				
Instrumento financeiros detidos para negociação	173 572,55	177 593,46	(4 020,91)	-2,26%
Total	173 572,55	177 593,46	(4 020,91)	-2,26%
Outros Ativos Financeiros				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	956,20	956,89	(0,69)	-0,07%
Total	956,20	956,89	(0,69)	-0,07%
Ativos não correntes detidos para venda				
Ativos fixos tangíveis	31 982,75	61 444,10	(29 461,35)	-47,95%
Total	31 982,75	61 444,10	(29 461,35)	-47,95%
Total	516 787,38	624 023,25	(107 235,87)	-17,18%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

À data de 31 de Dezembro de 2021, os adiantamentos a fornecedores ascendem a 310.275,88 euros.

A rubrica de Instrumentos financeiros detidos para negociação em 31 de dezembro de 2021 é constituída por aplicações de tesouraria, com o intuito de obtenção de melhor rentabilidade dos meios disponíveis.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor total aplicado em Instrumentos financeiros detidos para negociação ascende a 173.572,55 euros.

A rubrica de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados é essencialmente constituída por aplicações de tesouraria, com o intuito de obtenção de melhor rentabilidade dos meios disponíveis.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor total aplicado ascende a 956,20 euros.

À data de relato o montante de ativos fixos tangíveis detidos para venda (4 lotes de terrenos da Delegação de Vilela-Paredes) ascende a 31.982,75 euros.

15. Caixa e depósitos bancários

À data de relato existe em caixa e depósitos bancários 39.181.838,41 euros.

Ativo Corrente - Caixa e Depósitos Bancários

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)				
Rubricas	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
Caixa	416 715,07	550 265,12	(133 550,05)	-24,27%
Depositos à ordem	33 247 074,92	19 385 099,76	13 861 975,16	71,51%
Depósitos a prazo	5 518 048,42	8 630 058,66	(3 112 010,24)	-36,06%
Total	39 181 838,41	28 565 423,54	10 616 414,87	37,17%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

Esta rubrica inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (depósitos à ordem) e aplicações de tesouraria no mercado monetário (depósitos a prazo com maturidades de curto prazo que se encontram a vencer juros às taxas normais de mercado).

À data de relato existem depósitos à ordem e a prazo afetos a campanhas humanitárias nos montantes de 1.415.119 euros e 9.975 euros, respetivamente.

16. Resultados transitados

À data de relato, os resultados transitados ascendem a 29.655.345,59 euros e englobavam, não só os resultados acumulados dos exercícios anteriores, mas também o reconhecimento de quantias significativas que, embora se tenham verificado durante o ano de 2021, não são de registar em contas de resultados, mas antes, diretamente nos fundos patrimoniais (correções respeitantes a exercícios anteriores de valor superior 5% do Resultado líquido individual de cada entidade pertencente ao perímetro de agregação).

17. Excedentes de revalorização

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

Fundos Patrimoniais - Excedentes de revalorização

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)				
Rubricas	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
Decorrentes de diplomas legais	13 726 667,37	13 726 667,37	0,00	0,00%
Outros excedentes	6 263 290,91	6 263 290,91	0,00	0,00%
Total	19 989 958,28	19 989 958,28	0,00	0,00%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)



À data de encerramento, os excedentes de revalorização ascendem a 19.989.958,28 euros.

18. Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais apresentam o detalhe que se segue:

Fundos Patrimoniais - Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)				
Rubricas	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
Relacionados com o MP				
Ajustamentos de transição	16 077,17	16 077,17	0,00	0,00%
Lucros não atribuídos	48 067,45	48 067,45	0,00	0,00%
Decorrentes de outras variações de fundos patrimoniais	43 698,99	43 698,99	0,00	0,00%
Subsídios (ao Investimento)	16 203 384,39	14 791 649,85	1 411 734,54	9,54%
Doações	4 976 753,89	5 056 056,65	(79 302,76)	-1,57%
Outras	(2 634 858,46)	405 692,54	(3 040 551,00)	-749,47%
Total	18 653 123,43	20 361 242,65	(1 708 119,22)	-8,39%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

Os ajustamentos em ativos financeiros respeitam a flutuações de ativos financeiros à data de relato com repercussão nos fundos patrimoniais. Estes ajustamentos derivam da aplicação do método da equivalência patrimonial às participações financeiras na Clínica Rainha Santa, ACE.

Os lucros não atribuídos representam a diferença entre os lucros imputáveis às participações e os lucros que lhes foram distribuídos (dividendos).

Em 2021 os subsídios ao investimento ascendem a 16.203.384,39 euros.

Os valores respeitantes a Subsídios ao Investimento são reconhecidos, numa base sistemática na conta 7883 - Imputação de subsídios para investimentos, à medida em que são contabilizadas as depreciações do investimento a que respeitam. No exercício de 2021, foram reconhecidos rendimentos e ganhos na rubrica 7883 - Imputação de subsídios ao investimento no montante de 726.857,85 euros.

As doações de inventários e de bens de ativo fixo tangível de que a CVP beneficiou para o desenvolvimento das suas atividades e que não se destinam a ser distribuídos posteriormente a terceiros, ascendem a 4.976.753,89 euros à data de 31 de dezembro de 2021.

19. Resultado líquido

O resultado líquido do ano 2021 é 18.931.823,32 euros.

Resultado do exercício

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
Resultado Líquido	18 931 823,32	(753 849,01)	19 685 672,33	-2611,35%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

19.1 Rendimentos

O detalhe do valor apurado relativamente a rendimentos e ganhos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

Rendimentos

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Rubricas	31/12/2021		31/12/2020		Variação	
Vendas	242 853,36	0,20%	404 521,67	0,46%	(161 668,31)	-39,97%
Prestação de Serviços	81 926 121,71	66,32%	58 103 650,32	66,39%	23 822 471,39	41,00%
Variações nos inventários da produção	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Subsídios, doações e legados à Exploração	33 850 831,88	27,40%	21 223 700,17	24,25%	12 627 131,71	59,50%
Reversões	9 195,65	0,01%	9 961,74	0,01%	(766,09)	-7,69%
Ganhos por aumento de justo valor	58 465,59	0,05%	68 594,24	0,08%	(10 128,65)	-14,77%
Outros Rendimentos	7 420 864,47	6,01%	7 698 179,84	8,80%	(277 315,37)	-3,60%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	15 047,50	0,01%	13 758,57	0,02%	1 288,93	9,37%
Total	123 523 380,16	100,00%	87 522 366,55	100,00%	36 001 013,61	41,13%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

À data de relato, os Rendimentos ascendem a 123.523.380,16 euros, o que representa um aumento de 41,13% face ao ano anterior, ou seja, de 36.001.013,61 euros.

As vendas registaram uma diminuição de 39,97%

Em 2021 as prestações de serviços ascendem a 81.926.121,71 euros, o que representa um crescimento 41%, ou seja, aumento de 23.822.471,39 euros face ao ano anterior.

As prestações de serviços apresentam o seguinte detalhe:

Prestações de Serviços

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)				
Rubricas	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
Serviços Principais	81 415 398,34	57 523 162,67	23 892 235,67	41,53%
Ensino	8 891 357,12	7 028 150,52	1 863 206,60	26,51%
Ensino Superior	8 611 344,91	6 863 716,34	1 747 628,57	25,46%
Ensino Básico	192 486,50	139 559,00	52 927,50	37,92%
Outras Prestações de Serviços de Ensino	87 525,71	24 875,18	62 650,53	251,86%
Saúde	29 132 256,41	10 484 864,39	18 647 392,02	177,85%
Postos Socorros	2 934 744,09	1 118 978,17	1 815 765,92	162,27%
Serviços Clínicos	19 199 296,41	2 538 462,27	16 660 834,14	656,34%
Medicina Física e de Reabilitação	976 438,73	804 751,32	171 687,41	21,33%
Cartão Saúde	1 629 707,65	1 581 940,73	47 766,92	3,02%
Unidade de Cuidados Continuados	4 281 611,08	4 392 591,26	(110 980,18)	-2,53%
Outras Prestações de Serviços de Saúde	110 458,45	48 140,64	62 317,81	129,45%
Ação Social	16 634 514,47	16 438 668,05	195 846,42	1,19%
Apoio Domiciliário	5 270 573,11	5 085 201,92	185 371,19	3,65%
Lares	4 880 668,48	4 888 672,77	(8 004,29)	-0,16%
Centro de Acolhimento Temporário	1 296 901,53	1 452 835,34	(155 933,81)	-10,73%
Centros de Dia	574 175,09	666 536,88	(92 361,79)	-13,86%
Unidade de Apoio Integrado	0,00	0,00	0,00	0,00%
Refeitório e Cantinas	386 160,56	421 415,93	(35 255,37)	-8,37%
Balneários - Lavandaria/Tratamento	190 339,96	115 194,93	75 145,03	65,23%
Transporte Adaptados/Ajudas Técnicas	292 188,26	228 474,23	63 714,03	27,89%
Empresas de Inserção	16 663,29	23 227,87	(6 564,58)	-28,26%
Outras Prestações de Serviços de Ação Social	3 726 844,19	3 557 108,18	169 736,01	4,77%
Formação	608 245,40	607 395,42	849,98	0,14%
Cursos de Socorrismo	569 599,46	530 304,09	39 295,37	7,41%
Entidade Formadora	9 000,55	53 336,94	(44 336,39)	-83,13%
Outras Prestações de Serviços de Formação	29 645,39	23 754,39	5 891,00	24,80%
Educação	5 323 971,64	5 110 498,48	213 473,16	4,18%
Infantários/Creches	3 380 220,54	3 154 184,06	226 036,48	7,17%
Jardim Infantil	1 458 415,72	1 443 461,51	14 954,21	1,04%
ATL S	469 413,92	461 150,34	8 263,58	1,79%
Outras Prestações de Serviços de Educação	15 921,46	51 702,57	(35 781,11)	-69,21%
Emergência	20 825 053,30	17 853 585,81	2 971 467,49	16,64%
Socorro e Transporte	19 324 134,23	16 241 557,38	3 082 576,85	18,98%
Transporte de Doentes	17 934 869,53	14 952 374,13	2 982 495,40	19,95%
Apoio Actividades Culturais e Desportivas	605 153,83	549 345,27	55 808,56	10,16%
Outros	784 110,87	739 837,98	44 272,89	5,98%
Emergência Social	283 277,40	253 960,99	29 316,41	11,54%
Linha 144	0,00	0,00	-	0,00%
Outros (inclui transportes VVD)	0,00	0,00	-	0,00%
Teleassistência	1 118 195,68	1 244 061,59	(125 865,91)	-10,12%
Outras Prestações de Serviços de Emergência	99 445,99	114 005,85	(14 559,86)	-12,77%
Outras Prestações de Serviços	0,00	0,00	-	0,00%
Serviços secundários	5 802,57	10 640,82	(4 838,25)	-45,47%
IVA dos serviços com imposto incluído	0,00	0,00	-	0,00%
Quotas	513 653,94	575 006,82	(61 352,88)	-10,67%
Descontos e Abatimentos	(8 733,14)	(5 159,99)	(3 573,15)	69,25%
Total	81 926 121,71	58 103 650,32	23 822 471,39	41,00%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

As prestações de serviços englobam valores faturados a clientes e participações públicas a utentes com rendimentos insuficientes, nas seguintes áreas:

- Crianças e Jovens (amas, creches, estabelecimentos de educação pré-escolar e centros de atividades de tempos livres);
- Idosos (serviço de apoio domiciliário, centro de convívio, centro de dia, residência, lar de idosos);
- Vítimas de violência doméstica (centros de acolhimento temporário e casas abrigo);
- Emergência social;
- Emergência pré-hospitalar;
- Apoio

A área do ensino registou um crescimento de 26,51%, tendo o ensino superior um aumento de 25,46% ou seja, aumento de 1.747.628,57 euros face ao ano anterior.

A área da saúde registou um aumento de 177,85%, motivado pelas respostas de prevenção e controlo da Pandemia implementadas em Portugal:

- pela capacidade de resposta implementada no terreno para a realização de testes COVID-19, nos mais de 30 postos fixos distribuídos pelo país e 14 equipas de intervenção através de unidades móveis;
- no âmbito do Projeto Especial de Testes - COVID-19, financiado pela União Europeia, em parceria com a Direção Geral para a Saúde e Segurança Alimentar (DG Santé), através da Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. O projeto teve como objetivo aumentar a capacidade de testagem no país, formar e informar os profissionais de saúde para técnicas de colheita.

A área da ação social registou um aumento de apenas 1,19%, justificado pelo aumento da procura de serviços como o apoio domiciliário, Lavandaria/ tratamento de roupa e pela diminuição das prestações de serviços nos Centros de dia, Refeitórios e cantinas.

A área da formação em socorrismo registou um crescimento de apenas 0,14% face ao exercício anterior.

A área da educação registou um aumento de 4,18%

A área da emergência registou um crescimento de 16,64%, explicado pelo aumento de transportes programados efetuados, e pelo facto de se realizarem eventos culturais e desportivos, nos quais prestámos apoio de emergência.

As Comparticipações Públicas/Estatais reconhecidas como prestações de serviços durante o exercício de 2021 fixaram-se em 21.413.465,41 euros.

À data de 31 de dezembro de 2021 os subsídios, doações e legados à exploração decompõem-se do seguinte modo:

Rendimentos - Subsídios, doações e legados à Exploração

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
Subsídios das entidades públicas	19 736 033,82	19 603 127,39	132 906,43	0,68%
Ministérios	13 850 447,62	14 994 932,71	(1 144 485,09)	-7,63%
DN	1 534 736,50	1 454 254,15	80 482,35	5,53%
MTSSS	10 323 861,26	11 630 336,10	(1 306 474,84)	-11,23%
Outros	1 991 849,86	1 910 342,46	81 507,40	4,27%
Fundos Comunitários	2 505 236,83	2 075 919,23	429 317,60	20,68%
Autarquias	2 728 923,90	2 017 203,17	711 720,73	35,28%
Outros	651 425,47	515 072,28	136 353,19	26,47%
Subsídios de outras entidades	12 775 739,06	55 723,89	12 720 015,17	22826,86%
Doações e heranças	1 339 059,00	1 565 124,23	(226 065,23)	-14,44%
Donativos em dinheiro	1 339 059,00	1 565 124,23	(226 065,23)	-14,44%
Total	33 850 831,88	21 223 975,51	12 626 856,37	59,49%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

Os subsídios, doações e legados à exploração ascendem a 33.850.831,88 euros e registam um aumento de 59,49% ou seja, de 12.626.856,37 euros.

Esta rubrica integra donativos em dinheiro e a compensação de custos assumidos pela CVP com as seguintes atividades protocoladas com o Estado:

- Proteção social de cidadania e inserção laboral, social e comunitária de pessoas ou famílias em situação de carência económica;
- Prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social e, em certos casos, atuar em situações de emergência, no âmbito do atendimento e acompanhamento social;
- Distribuição de alimentos;
- Fornecimento de refeições a pessoas e famílias economicamente desfavorecidas, no âmbito de refeitórios / cantinas sociais;
- Ajuda à reintegração na família ou comunidade, na escola ou no trabalho, de pessoas toxicodependentes;

- Apoio à melhoria das condições de vida da população sem-abrigo;
- Formação no âmbito do POPH - Programa Operacional Potencial Humano;
- Apoio às populações mais vulneráveis no contexto do estado de emergência nacional decorrente da pandemia internacional provocada pela doença COVID-19.

Os Subsídios à Exploração resultam de acordos e protocolos celebrados sobretudo com o sector público para a criação de respostas nas várias áreas de atuação da CVP.

O valor do Subsídio à Exploração do MTSSS, no montante de 10.323.861,26 euros, engloba o apoio financeiro resultante do protocolo estabelecido para a CVP prestar apoio de emergência, técnico e logístico à população mais vulnerável durante o combate à pandemia da doença COVID-19.

O Subsídio à Exploração dos Fundos comunitários, é de 2.505.236,83 euros, sendo reconhecido em rendimentos na proporção dos gastos do período.

O Subsídio da Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho é de 12.600.072,60 euros, no âmbito do Projeto Especial de Testes - COVID-19, no qual foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Recrutamento de equipas para a realização de testes COVID-19;
- Realização de Formação online "COVID-19 – Métodos de Detecção e Medidas de Proteção" para profissionais da Saúde;
- Resposta a surtos em Estruturas residências para idosos/ em escolas/ grupos vulneráveis;
- Abertura de vários Postos Fixos;
- Rastreios a funcionários e utentes de Lares;
- Formação a funcionários de Lares;
- Rastreios a Agentes de Proteção Civil, Polícias, Forças Armadas, Bombeiros, Serviço Estrangeiros e Fronteiras e na CVP;
- Distribuição de testes ao Governo;

AR
RW

Outros rendimentos

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa
(€)

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
Rendimentos suplementares	1 376 851,04	1 362 556,48	14 294,56	1,05%
Serviços sociais	21 147,04	10 903,94	10 243,10	93,94%
Aluguer de equipamento	12 857,28	30 781,36	(17 924,08)	-58,23%
Aluguer de instalações	467 661,93	374 764,10	92 897,83	24,79%
Imóveis arrendados	324 202,33	316 093,43	8 108,90	2,57%
Outros rendimentos suplementares	550 982,46	630 013,65	(79 031,19)	-12,54%
Descontos pronto pagamento obtidos	4 745,58	7 240,47	(2 494,89)	-34,46%
Ganhos em inventários	10,63	0,07	10,56	15085,71%
Rendimentos e ganhos sub. ass. emp. conj.	3 392,60	0,00	3 392,60	
Alienações AFT	105 507,24	80 023,91	25 483,33	31,84%
Sinistros	53 195,22	72 883,70	(19 688,48)	-27,01%
Correcções relativas a períodos anteriores	493 509,24	283 528,94	209 980,30	74,06%
Imputação de sub. investimentos	726 857,85	670 688,91	56 168,94	8,37%
Donativos	4 308 626,53	4 570 676,84	(262 050,31)	-5,73%
Outros rendimentos e ganhos	348 168,54	650 580,52	(302 411,98)	-46,48%
Total	7 420 864,47	7 698 179,84	(277 315,37)	-3,60%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

Os outros rendimentos registaram um decréscimo de 3,60%.

Os outros rendimentos e ganhos ascendem a 7.420.864,47 euros, registando uma redução de 277.315,37 euros face ao ano anterior. Dos itens incluídos nesta rubrica, destacam-se os seguintes:

- Os donativos atribuídos à CVP que em 2021 ascendem a 4.308.626,53 euros (em 2020 ascenderam a 4.570.676,84euros).
- As rendas e alugueres de imóveis e alugueres de equipamentos no valor de 804.721,54 euros.
- O montante de 726.857,85 euros referente à imputação de subsídios para investimento, efetuado na proporção das respetivas depreciações.
- O montante de 3.392,60 euros relativo ao proporcional da participação da CVP nos resultados líquidos da entidade subsidiária Parfisi:

Ganhos/ Perdas imputados de Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
CVP - SGH, S.A.	-	(3 936 036,77)	3 936 036,77	-100,00%
Clínica Rainha Santa Isabel, A.C.E.	0,00	0,00	0,00	0,00%
Parfisi - Gabinete de Reabilitação Física, Lda	3 392,60	(62 905,37)	66 297,97	-105,39%
Total	3 392,60	(3 998 942,14)	4 002 334,74	-100,08%

19.2 Gastos

A rubrica de gastos e perdas apresenta a seguinte decomposição:

Gastos

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

				(€)	
Rubricas	31/12/2021	31/12/2020	Varição		
Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	10 372 522,95 9,92%	5 407 549,33 6,13%	4 964 973,62	91,82%	
Fornecimentos e Serviços Externos	37 908 979,07 36,24%	29 253 573,22 33,14%	8 655 405,85	29,59%	
Gastos com o Pessoal	43 353 041,91 41,45%	40 466 742,64 45,84%	2 886 299,27	7,13%	
Gastos de Depreciação e de Amortização	5 026 981,49 4,81%	4 463 830,24 5,06%	563 151,25	12,62%	
Perdas por Imparidade	96 225,05 0,09%	95 987,78 0,11%	237,27	0,25%	
Perdas por Redução de Justo Valor	4 022,92 0,00%	5 375,53 0,01%	(1 352,61)	-25,16%	
Provisões do Período	1 866,22 0,00%	11 535,77 0,01%	(9 669,55)	-83,82%	
Outros Gastos	6 673 763,01 6,38%	7 832 908,01 8,87%	(1 159 145,00)	-14,80%	
Gastos de Financiamento	1 154 154,22 1,10%	738 713,04 0,84%	415 441,18	56,24%	
Total	104 591 556,84 100%	88 276 215,56 100%	16 315 341,28	18,48%	

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

Os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas registaram um aumento de 91,82%, totalizando 4.964.973,62 euros, no exercício de 2021. Este aumento é justificado pela necessidade de utilização de consumíveis no combate à pandemia da doença COVID-19.

Os fornecimentos e serviços aumentaram 8.655.405,85 euros, apresentando o montante de 37.908.979,07 euros em 31 de dezembro de 2021.

O detalhe dos "Gastos com o pessoal", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é o seguinte:

Gastos com pessoal

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

				(€)	
Rubricas	31/12/2021	31/12/2020	Varição		
Remunerações do pessoal	35 337 589,15 81,51%	32 923 574,12 81,36%	2 414 015,03	7,33%	
Indemnizações	43 797,19 0,10%	61 181,42 0,15%	(17 384,23)	-28,41%	
Encargos sobre remunerações	7 040 992,15 16,24%	6 596 267,58 16,30%	444 724,57	6,74%	
Seguros acid trab doenç profis	433 353,73 1,00%	428 630,96 1,06%	4 722,77	1,10%	
Outros gastos com o pessoal	497 309,69 1,15%	457 088,56 1,13%	40 221,13	8,80%	
Total	43 353 041,91 100%	40 466 742,64 100%	2 886 299,27	7,13%	

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

Os gastos com pessoal registaram um aumento de 7,13%, totalizando 43.353.041,91 euros, no exercício de 2021.

AN
BW

A Direção Nacional da CVP é composta por:

- Ana Maria Teodoro Jorge – Presidente Nacional, não remunerada;
- Agostinho Pereira de Miranda - Vice Presidente, não remunerado;
- Duarte Pitta Ferraz - Vice Presidente, não remunerado;
- Manuel Gonçalves - Vice Presidente, não remunerado;
- Manuel Pedro Magalhães - Vice Presidente, não remunerado;
- Rui António Correia Monteiro - Vogal, não remunerado;

Os gastos de depreciação e de amortização registaram um aumento de 12,62%.

A rubrica de outros gastos e perdas apresenta o montante de 6.673.763,01 euros, verificando-se uma diminuição de 1.159.145,00 euros, face ao ano anterior.

Os gastos de financiamento registaram um aumento de 415.441,18 euros face a 2020, decorrentes das moratórias bancárias concedidas em março de 2020, no início da crise causada pela pandemia Covid-19 e que se mantiveram até Setembro de 2021.

20. Provisões

A variação nas provisões acumuladas durante o exercício de 2021 é a seguinte:

Passivo não Corrente - Provisões

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

							(€)
Rubricas	31/12/2020	Aumentos	Reduções	Reclassificações	31/12/2021	Variação	
Garantias a clientes	906,40				906,40	0,00	0,00%
Processos judiciais em curso	119 069,31		0,00		119 069,31	-	0,00%
Outras provisões	15 689,03	1 866,22	0,00		17 555,25	1 866,22	11,90%
Total	135 664,74	1 866,22	0,00	0,00	137 530,96	1 866,22	1,38%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

À data de encerramento do ano 2021, estão constituídas provisões no valor de 137.530,96 euros.

21. Financiamentos obtidos – Médio e longo prazo

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Financiamentos obtidos – Médio e longo prazo” apresenta o seguinte detalhe:

Passivo não corrente - Financiamentos Obtidos

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da CVP - Cruz Vermelha Portuguesa

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020	Variação (€)	
Instituições de crédito e sociedades financeiras				
Empréstimos Bancários	13 597 873,98	14 503 812,99	(905 939,01)	-6,25%
Locações Financeiras	7 040 484,76	7 474 204,09	(433 719,33)	-5,80%
Total	20 638 358,74	21 978 017,08	(1 339 658,34)	-6,10%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da CVP - Cruz Vermelha Portuguesa)

À data de relato, os financiamentos obtidos a médio e longo prazo (MLP) perfazem 20.638.358,74 euros. Os empréstimos bancários ascendem a 13.597.873,98 euros, estando essencialmente relacionados com investimentos efetuados.

As locações financeiras – Leasing, no montante de 7.040.484,76 euros, incluem os leasings imobiliários a liquidar no médio e longo prazo, respeitantes ao edifício da Av. Ceuta (instalações da Escola Superior de Saúde (ESS) no montante de 5.750.146,92 euros).

22. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

Passivo Corrente - Fornecedores

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020	Variação (€)	
Fornecedores				
Fornecedores c/c	5 195 702,91	8 771 060,78	(3 575 357,87)	-40,76%
Fornecedores - títulos a pagar	0,00	0,00	-	0,00%
Facturas em recepção e conferência	71 307,03	78 497,50	(7 190,47)	-9,16%
Total	5 267 009,94	8 849 558,28	(3 582 548,34)	-40,48%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

À data de 31 de dezembro de 2021 as dívidas a Fornecedores da CVP ascendem a 5.267.009,94 euros.

23. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresenta a seguinte composição:

Passivo Corrente - Estado e Outros Entes Públicos

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)				
Rubricas	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
Retenção de Impostos sobre o Rendimento	341 328,71	305 979,11	35 349,60	11,55%
Imposto sobre o valor acrescentado	278 523,25	102 701,22	175 822,03	171,20%
Contribuições para a Segurança Social	981 024,82	952 569,35	28 455,47	2,99%
Tributos das autarquias locais	217,20	79,35	137,85	173,72%
Outras tributações	14 284,83	10 527,03	3 757,80	35,70%
Total	1 615 378,81	1 371 856,06	243 522,75	17,75%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

À data de relato, as dívidas ao Estado ascendem a 1.615.378,81 euros.

Por via da desmaterialização das declarações fiscais o apuramento periódico de IRS e IVA foi consolidado por tipologia e efetuado o pagamento via Sede Nacional.

O montante a pagar ao Estado resultante da Retenção de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) ascende a 341.328,71 euros.

O valor a pagar ao Estado referente a IVA é de 278.523,25 euros.

O valor a pagar ao Estado referente a contribuições para a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, cifra-se em 981.024,82 euros.

24. Financiamentos obtidos – Curto prazo

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Financiamentos obtidos – Curto prazo” apresenta o seguinte detalhe:

Passivo corrente - Financiamentos Obtidos

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
Instituições de crédito e sociedades financeiras				
Empréstimos Bancários	14 005 928,96	13 711 010,55	294 918,41	2,15%
Descobertos bancários	742 640,21	824 660,14	(82 019,93)	-9,95%
Locações Financeiras	1 011 775,70	672 213,42	339 562,28	50,51%
Cessão Factoring/ Factoring	617 519,72	475 302,64	142 217,08	29,92%
Total	16 377 864,59	15 683 186,75	694 677,84	4,43%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da CVP - Cruz Vermelha Portuguesa)

À data de relato, os financiamentos obtidos a curto prazo (CP) ascendem a 16.377.864,59 euros.

25. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

Passivo Corrente - Diferimentos

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
Diferimentos	5 941 721,27	6 104 300,10	(162 578,83)	-2,66%
Total	5 941 721,27	6 104 300,10	(162 578,83)	-2,66%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

Em 31 de dezembro de 2021 os rendimentos a reconhecer ascendem a 5.941.721,27 euros, dos quais se destacam os donativos pecuniários afetos a atividades específicas e estatutárias da CVP, no montante de 3.523.493,86 euros, que, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, só deverão ser reconhecidos como rendimentos e ganhos quando forem aplicados no desenvolvimento dessas atividades, não gerando assim qualquer resultado económico.

26. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica outros passivos correntes apresenta a seguinte composição:

Passivo Corrente - Outros passivos correntes

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

(€)				
Rubricas	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
Remunerações a Pagar	205 233,06	322 877,98	(117 644,92)	-36,44%
Fornecedores de Investimento	883 228,38	588 092,96	295 135,42	50,19%
Credores por Acréscimo de Gastos	7 186 547,14	6 741 782,02	444 765,12	6,60%
Outros Credores	4 891 014,69	2 335 655,78	2 555 358,91	109,41%
Adiantamentos de Clientes e Utentes	949 151,94	1 665 527,35	(716 375,41)	-43,01%
Adiantamentos por conta de vendas	657,50	657,50	0,00	0,00%
Total	14 115 832,71	11 654 593,59	2 461 239,12	21,12%

(Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa)

Em 31 de dezembro de 2021 existem outros passivos correntes no montante de 14.115.832,71 euros.

À data de relato, o montante de 7.186.547,14 euros reconhecido na rubrica credores por acréscimo de gastos inclui os custos respeitantes à estimativa de remunerações, a pagar em 2022, relativas às férias e subsídio de férias de 2021.

A estimativa de remunerações a liquidar, inclui as remunerações correspondentes ao período de férias, o subsídio de férias, as contribuições para a Segurança Social e o seguro de acidentes de trabalho, reportando-se o direito de gozo geralmente ao trabalho prestado no ano civil anterior e, por isso, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios ou acréscimo, estes gastos foram considerados em 2021 embora o pagamento efetivo só ocorra em 2022.

A rubrica de fornecedores de investimentos no valor de 883.228,38 euros, engloba os saldos referentes a empresas de construção civil, viaturas e equipamentos que se encontram pendentes de liquidação.

À data de 31 de dezembro de 2021 os adiantamentos de clientes por serviços prestados ascendem a 949.151,94 euros.

27. Acontecimentos após a data de balanço

À presente data, a Direcção Nacional não tem conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2021 que justifiquem ajustamentos nestas demonstrações financeiras.

28. Outros assuntos

Dado que as duas empresas participadas, referidas na nota 7, não se apresentam como materialmente relevantes, quer individualmente quer em conjunto, para a realização do objetivo de as demonstrações financeiras darem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa do conjunto das entidades compreendidas na consolidação, a CVP optou pela sua exclusão, de acordo com o previsto no n.º 1 e 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Lisboa, 29 de Setembro de 2022

Pel'A Direcção Nacional



Ana Maria Teodoro Jorge
Presidente Nacional

O Contabilista Certificado



Paulo José Nobre Nave

